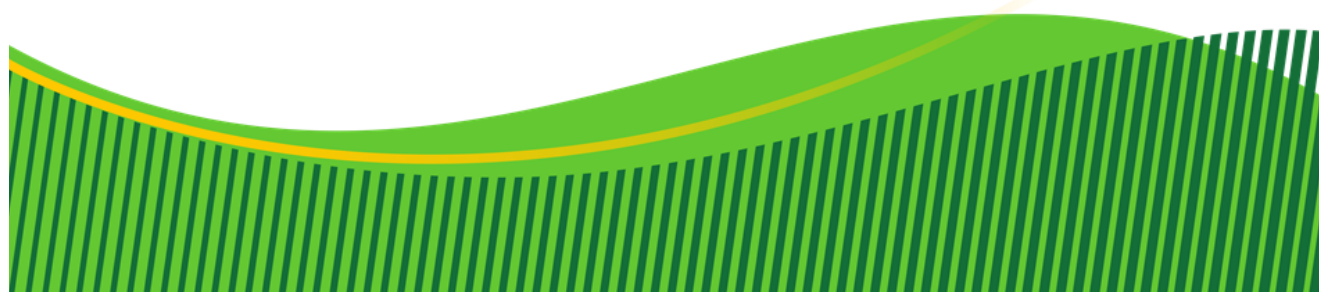


Relatório Anual 2016

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS

Diretoria Executiva de Administração e Finanças
Superintendência de Operações Administrativas
Gerência de Controladoria





Centro Empresarial Mostardeiro
Av. Mostardeiro, 322
10º andar – Moinhos de Vento
90430-000 – Porto Alegre, RS, Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
Fax: +55 51 3204-5699
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS
Campo Grande - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 4 de março de 2016, que não continha qualquer modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/F-6



Dani Ramos da Cunha
Contador CRC – 1SP214144/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS
CNPJ/MF nº 03.042.597/0001-25

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Reapresentado)	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE	310.574	222.769	CIRCULANTE	142.475	91.922
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	8.125	6.497	DEPÓSITOS (NOTA 11)	59.994	45.034
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	145.174	104.988	Depósitos à Vista	52.781	39.310
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	4	5	Depósitos Interfinanceiros	-	278
Depósitos no Banco Central	180	31	Depósitos a Prazo	7.213	5.446
Correspondentes no país	657	912	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	59.766	31.161
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	144.333	104.040	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	-	4
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	144.328	101.785	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	59.766	31.157
Operações de Crédito	155.578	113.936	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	679	1.186
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.250)	(12.151)	Recursos em Trânsito de Terceiros	679	1.186
OUTROS CRÉDITOS	12.088	9.100	OUTRAS OBRIGAÇÕES	22.036	14.541
Créditos por Avals e Fianças Honorários	29	3	Cobrança e Arrecadação de Tributos	33	22
Rendas a Receber	533	659	Sociais e Estatutárias	1.006	380
Diversos (NOTA 07)	11.693	8.702	Fiscais e Previdenciárias	790	591
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(167)	(264)	Diversas (NOTA 13)	20.207	13.548
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	859	399			
Outros Valores e BENS	811	371			
(Provisão para desvalorização)	(8)	(16)			
Despesas Antecipadas	56	44			
NÃO CIRCULANTE	54.228	45.505	NÃO CIRCULANTE	153.941	120.667
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	39.847	32.930	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	153.941	120.667
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	77	68	DEPÓSITOS (NOTA 11)	149.153	114.809
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	77	68	Depósitos a Prazo	149.153	114.809
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	39.563	32.798	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	4.788	5.858
Operações de Crédito	45.603	38.792	Repasse Interfinanceiros	4.788	5.858
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.040)	(5.994)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	188	48			
Diversos	188	48			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	19	16			
Despesas Antecipadas	19	16			
PERMANENTE	14.381	12.575	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	68.386	55.685
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	7.453	7.453	CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	42.437	37.228
Outros Investimentos	7.453	7.453	De Domiciliados no País	60.014	49.840
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	4.514	3.037	(Capital a Realizar)	(17.577)	(12.612)
Imóveis de Uso	3	2	RESERVAS DE SOBRAS	22.671	18.457
Outras Imobilizações de Uso	7.734	6.163	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	3.278	-
(Depreciação acumulada)	(3.223)	(3.128)			
INTANGÍVEL (NOTA 10)	2.414	2.085			
Outros Ativos Intangíveis	4.149	3.455			
(Amortização acumulada)	(1.735)	(1.370)			
TOTAL DO ATIVO	364.802	268.274	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	364.802	268.274

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS
CNPJ/MF nº 03.042.597/0001-25

Descrição das contas	01/07/2016 a 31/12/2016			01/01/2016 a 31/12/2016			01/01/2015 a 31/12/2015		
	Ato Cooperativo	(Não Auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	(Reapresentado) Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	28.231	-	28.231	52.833	1	52.834	47.328	3	47.331
Operações de Crédito	27.960	-	27.960	52.557	1	52.558	47.325	3	47.328
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	271	-	271	276	-	276	3	-	3
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(16.406)	(141)	(16.547)	(34.180)	(229)	(34.409)	(35.238)	(154)	(35.392)
Operações de Captação no Mercado	(9.264)	(10)	(9.274)	(17.196)	(20)	(17.216)	(13.211)	(20)	(13.231)
Operações de Empréstimos e Repasses	(1.887)	(131)	(2.018)	(3.177)	(209)	(3.386)	(2.003)	(134)	(2.137)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.255)	-	(5.255)	(13.807)	-	(13.807)	(20.024)	-	(20.024)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.825	(141)	11.684	18.653	(228)	18.425	12.090	(151)	11.939
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.164)	1.194	(2.970)	(9.422)	2.294	(7.128)	(11.272)	2.656	(8.616)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	1.709	2.709	4.418	2.850	5.030	7.880	2.635	4.467	7.102
Rendas de Tarifas Bancárias	3.514	-	3.514	6.210	-	6.210	3.289	3	3.292
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.008)	(553)	(8.561)	(15.329)	(993)	(16.322)	(12.407)	(821)	(13.228)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	(6.258)	(768)	(7.026)	(11.531)	(1.366)	(12.897)	(9.004)	(1.408)	(10.412)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(24)	(185)	(209)	(52)	(303)	(355)	(45)	(227)	(272)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	10.140	229	10.369	18.718	350	19.068	12.896	1.039	13.935
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(5.237)	(238)	(5.475)	(10.288)	(424)	(10.712)	(8.636)	(397)	(9.033)
RESULTADO OPERACIONAL	7.661	1.053	8.714	9.231	2.066	11.297	818	2.505	3.323
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(55)	(4)	(59)	(54)	(8)	(62)	78	(2)	76
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	7.606	1.049	8.655	9.177	2.058	11.235	896	2.503	3.399
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	272	272	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	156	156	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	116	116	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	7.606	1.321	8.927	9.177	2.058	11.235	896	2.503	3.399
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	2.058	(2.058)	-	2.503	(2.503)	-
RESULTADO DOSEMESTRE/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	7.606	1.321	8.927	11.235	-	11.235	3.399	-	3.399
DESTINAÇÕES	-	-	-	(7.957)	-	(7.957)	(3.399)	-	(3.399)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.415)	-	(3.415)	(2.828)	-	(2.828)
Fates - Estatutário	-	-	-	(328)	-	(328)	-	-	-
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(2.950)	-	(2.950)	-	-	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.264)	-	(1.264)	(571)	-	(571)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	3.278	-	3.278	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS
CNPJ/MF nº 03.042.597/0001-25

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2015	31.381	15.598	3.814	50.793
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.516	-	(1.516)	-
Destinações para reservas	-	2.288	(2.288)	-
Outras destinações	-	-	(10)	(10)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	3.172	-	-	3.172
Baixas de capital	(1.611)	-	-	(1.611)
Resultado do período	-	-	3.399	3.399
Destinações	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.770	-	(2.828)	(58)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	571	(571)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	37.228	18.457	-	55.685
Mutações do Período	5.847	2.859	(3.814)	4.892
Saldos no início do período em 01/01/2016	37.228	18.457	-	55.685
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	4.291	-	-	4.291
Baixas de capital	(2.402)	-	-	(2.402)
Resultado do período	-	-	11.235	11.235
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(328)	(328)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.950	(2.950)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.320	-	(3.415)	(95)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.264	(1.264)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	42.437	22.671	3.278	68.386
Mutações do Período	5.209	4.214	3.278	12.701
Saldos no início do período em 01/07/2016 (Não auditado)	37.843	18.457	2.308	58.608
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	2.367	-	-	2.367
Baixas de capital	(1.093)	-	-	(1.093)
Resultado do período	-	-	8.927	8.927
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(328)	(328)
Reserva Legal - Estatutária	-	2.950	(2.950)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.320	-	(3.415)	(95)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.264	(1.264)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	42.437	22.671	3.278	68.386
Mutações do Período	4.594	4.214	970	9.778

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS
CNPJ/MF nº 03.042.597/0001-25

	01/07/2016 a 31/12/2016 (Não Auditado)	01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015 (Reclassificado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.163	11.068	12.881
Resultado do semestre/exercício	8.927	11.235	3.399
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	(2.764)	(167)	9.482
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(2.843)	(855)	8.630
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(8)	(8)	-
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	20	(97)	167
Depreciação do imobilizado de uso	309	581	530
Amortização do intangível	199	366	312
Baixas do ativo permanente	24	26	4
Provisão para passivos contingentes	37	25	6
Destinações ao FATES	(328)	(328)	-
Dividendos SicrediPar	(174)	123	(167)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	16.033	31.839	32.472
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(5)	(11)	(68)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	2.485	2	(5)
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(44)	(150)	414
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(22)	254	(318)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(39.265)	(48.453)	4.547
Aumento em relações interfinanceiras passivas	24.779	27.535	6.118
(Aumento) em outros créditos	(2.764)	(3.152)	(926)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(57)	(455)	60
Aumento em depósitos	22.255	49.305	22.141
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(620)	(507)	678
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(1.833)
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(17)	(365)
Aumento em outras obrigações	9.291	7.488	2.029
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente	22.196	42.907	45.353
Aquisição de Investimentos	-	-	(77)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.286)	(2.086)	(1.177)
Aplicações no Intangível	(135)	(694)	(954)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido (Aplicado)	(1.421)	(2.780)	(2.208)
Integralização de capital	2.367	4.291	3.172
Baixa de capital	(1.093)	(2.402)	(1.611)
Juros ao capital próprio	(95)	(95)	(58)
Distribuição de Sobras	-	-	(10)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente	1.179	1.794	1.493
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	21.954	41.921	44.638
Caixa e equivalente de caixa no início do período	130.504	110.537	65.899
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	152.458	152.458	110.537

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS ("Cooperativa"), é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 29/10/1998 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2016, está organizado por 118 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.523 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa e parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança)

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

As informações apresentadas em 2015 na Nota 08, referentes aos valores do Lucro Líquido do Exercício e Patrimônio Líquido da Sicredi Participações S.A., bem como o valor de Lucro Líquido do Exercício da Sicredi Fundos Garantidores, foram reapresentados devido as alterações sofridas após a publicação das Demonstrações Financeiras da Cooperativa.

Visando permitir a adequada análise da posição patrimonial e financeira da Cooperativa, a partir deste exercício, serão apresentados no Balanço Patrimonial e na nota explicativa de Outros Créditos Diversos rubrica de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, os valores referentes aos projetos de investimento em tecnologia segregados em circulante e realizável a longo prazo, assim como a apresentação retrospectiva dos valores. A segregação foi efetuada com base no prazo de encerramento dos projetos em andamento. Com isso certos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 estão sendo reapresentados.

Além dos valores acima, foram reapresentados para melhor compreensão e para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2015 e 2016, os valores referentes as rendas de tarifas bancárias, bem como a alocação das aplicações interfinanceiras de liquidez no grupo de Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa, conforme demonstrados no quadro abaixo:

	2015 Original	Valor ajustado em 2015	2015 Reapresentado
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo circulante	222.817	(48)	222.769
OUTROS CRÉDITOS	9.148	(48)	9.100
Diversos	8.750	(48)	8.702
Ativo Não circulante	45.457	48	45.505
OUTROS CRÉDITOS	-	48	48
Diversos	-	48	48

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(8.616)	-	(8.616)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	7.236	(134)	7.102
Rendas de Tarifas Bancárias	3.158	134	3.292
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	32.540	(68)	32.472
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	45.421	(68)	45.353
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.276)	68	(2.208)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2017.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2016	2015
Disponibilidades	8.125	6.497
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	144.333	104.040
Total	152.458	110.537

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média equivale a 99,60 % do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	77	68
CDI Banco Cooperativo Scredí S.A.	77	68
Total realizável a longo prazo	77	68

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	83.810	31.205	115.015	106.582
Financiamentos	2.414	1.275	3.689	8.121
Financiamentos rurais e agroindustriais	69.354	13.123	82.477	38.025
Carteira total	155.578	45.603	201.181	152.728

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2016			2015
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	29	-	29	3
Títulos e créditos a receber (i)	8.351	1	8.352	6.410
Total	8.380	1	8.381	6.413

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito	
		2016	2015	2016	2015
Nível A	0,50	90.856	67.274	454	336
Nível B	1,00	69.507	38.143	695	381
Nível C	3,00	17.701	22.964	531	689
Nível D	10,00	11.126	9.847	1.112	985
Nível E	30,00	5.312	3.069	1.593	1.059
Nível F	50,00	3.545	4.897	1.773	2.449
Nível G	70,00	720	1.456	504	1.019
Nível H	100,00	10.795	11.491	10.795	11.491
Total (i)		209.562	159.141	17.457	18.409

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2016			Total da Carteira	2015
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.481	22.673	34.889	22.081	83.124	76.840
Rural	359	6.713	62.282	13.123	82.477	38.025
Industrial	94	757	79	138	1.068	1.262
Comércio	971	9.200	6.276	3.939	20.386	22.767
Outros Serviços	1.786	6.061	8.334	6.323	22.504	20.247
Total	6.691	45.404	111.860	45.604	209.559	159.141

d) Concentração das operações de crédito

	2016	%	2015	%
10 maiores devedores	19.860	9,48	15.377	9,66
50 devedores seguintes	48.647	23,21	32.131	20,19
100 devedores seguintes	43.296	20,66	30.097	18,91
Demais	97.759	46,65	81.536	51,23
Total	209.562	100	159.141	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2016	2015
Saldo inicial	18.409	9.612
Constituição de provisão	13.807	20.024
Movimentação de baixados para prejuízo	(14.759)	(11.227)
Saldo final	17.457	18.409

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 3.064 (2015 - R\$ 2.339), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 8.785 (2015 - R\$ 7.019).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Adiantamentos e antecipações salariais	71	83
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.875	1.317
Devedores por depósitos em garantia	54	42
Impostos e contribuições a compensar	264	251
Títulos e créditos a receber	8.351	6.410
Valores honrados	45	-
Operações com cartões	27	147
Pendências a regularizar	69	249
Outros	937	203
Total Circulante	11.693	8.702
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	187	48
Títulos e créditos a receber	1	-
Total realizável a longo prazo	188	48

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores estão segregados em Circulante e Realizável a Longo Prazo conforme mencionado na Nota 2.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Bens não de uso próprio	810	371
Imóveis	624	355
Veículos e afins	178	-
Bens em regime especial	8	16
Material em estoque	1	-
Despesas antecipadas	56	44
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(8)	(16)
Total Circulante	859	399
Despesas antecipadas	19	16
Total realizável a longo prazo	19	16

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 8 (2015 - R\$ 16) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2016	2015
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	3.609	3.609
Sicredi Participações S.A.	3.841	3.841
Outras Participações e Investimentos	3	3
Sicredi Fundos Garantidores	3	3
Total	7.453	7.453

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015 (Reapresentado)	2016	2015
Número de ações/quotas possuídas	1.245.322 ON	1.245.322 ON	3	3	3.608.463	3.608.463
	2.595.879 PN	2.595.879 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,44%	0,48%	1,90%	2,17%	10,86%	11,03%
Capital social	869.279	804.351	165	138	33.215	32.723
Patrimônio líquido	911.739	859.843	204.709	193.717	35.663	34.580
Lucro líquido do exercício	41.442	62.381	10.965	3.676	308	640
Valor do investimento	3.841	3.841	3	3	3.609	3.609

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2016			2015
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	7.737	(3.223)	4.514	3.037
Imobilizações em curso	-	284	-	284	900
Edificações	4%	3	-	3	3
Instalações	10%	3.279	(966)	2.313	918
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.891	(943)	948	606
Sistema de comunicação	10%	237	(78)	159	74
Sistema de processamento de dados	20%	1.679	(985)	694	402
Sistema de segurança	10%	124	(58)	66	39
Sistema de transporte	20%	240	(193)	47	95
Intangível (i)	5% a 15%	4.149	(1.735)	2.414	2.085
Investimentos Confederação		4.149	(1.735)	2.414	2.085
Total		11.886	(4.958)	6.928	5.122

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2016				2015
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	52.781	-	-	52.781	39.310
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	-	278
Depósitos a prazo	775	6.438	149.153	156.366	120.255
Total	53.556	6.438	149.153	209.147	159.843

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Recursos do Crédito Rural	59.744	31.132
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	59.744	3.132
Outros Recursos	22	25
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	22	25
Total circulante	59.766	31.157
Recursos do Crédito Rural	4.779	5.829
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.779	5.829
Outros Recursos	9	29
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	9	29
Total exigível a longo prazo	4.788	5.858

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 9,5% a.a. com vencimentos até 23/06/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Cheques administrativos	4.033	2.101
Obrigações por convênios oficiais	27	4
Provisão para pagamentos a efetuar	3.446	2.144
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	400	375
Provisão para coobrigações (i)	676	373
Pendências a regularizar	63	776
Operações com cartões	8.248	5.892
Demais fornecedores	1.096	662
Credores diversos	2.218	1.221
Total circulante	20.207	13.548

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 14 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2016	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2016
Trabalhista	309	-	-	309
Cível	66	42	(17)	91
Total	375	42	(17)	400

Natureza	Probabilidade de perda	2016	2015
Trabalhista	Provável	309	309
Cível	Provável	91	66
Total		400	375

Em 31 de dezembro de 2016, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 274 (2015 - R\$ 288).

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2016	2015
Capital Social	42.437	37.228
Total de associados	25.797	20.231

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 5.209 (2015 – R\$ 5.847), sendo R\$ 3.320 (2015 – R\$ 4.286) via integralização de resultados e R\$ 4.291 (2015 – R\$ 3.172), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.402 (2015 – R\$ 1.611).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8,93% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.415, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Campo Grande e Região - Sicredi Campo Grande MS, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 45% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2016	2015
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	11.235	3.399
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(4.719)	(1.428)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate milhas cartão	(4)	107
Provisão de PPR	28	(15)
Receita com atos cooperativos	3.854	358
Juros sobre o capital próprio	1.434	1.131
Efeito de alteração da alíquota de CSLL	-	74
Outros	(593)	(227)
Subtotal	4.719	1.428
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 17 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2016	2015
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	77	68
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	144.333	104.040
Outros Créditos - Rendas a receber	280	308
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	1.211	990
Investimentos (Nota 09)	7.453	7.453
Intangível (Nota 10)	2.414	2.086
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	-	278
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	64.554	37.015
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	7.887	5.847
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	276	3
Ingressos e receitas Prestação de Serviços	776	77
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	16.991	11.357
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	16	8
Operações de Empréstimos e Repasses	3.386	2.137
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	911	738
Outros Dispêndios Despesas Operacionais (Nota 20)	5.368	4.926

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2016	% em relação ao total	2015
Depósitos à vista	214	0,41%	102
Depósitos a prazo	928	0,59%	783
Operações de crédito	2.464	1,22%	1.550

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2016	2015
Pessoas chave da administração	1.940	1.450

NOTA 18 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Este item na demonstração de sobras apresenta montante de R\$ 12.897 (2015 - R\$ 10.412), refere-se as seguintes despesas: serviços do sistema financeiro, alugueis, serviços de terceiros (transporte de numerários, vigilância e manutenção), relações públicas e publicidade, além de outras despesas administrativas.

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	696	438
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	16.829	11.003
Reversão de provisões operacionais	1.203	1.047
Outras rendas operacionais	340	1.447
Total	19.068	13.935

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos em renegociação	2.449	1.525
Contribuição O.C.E.	100	85
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	183	490
Contribuição Confederação Sicredi	3.136	2.772
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	1.573	1.346
Encargos da administração financeira	93	63
Repasse Administradora de Cartões	383	253
Outras provisões operacionais	1.270	447
Outras despesas operacionais	1.525	2.052
Total	10.712	9.033

NOTA 21 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2016	2015
Beneficiários de garantias prestadas (i)	25.533	9.379
Total	25.533	9.379

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 22 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

O gerenciamento do risco de mercado do Sistema está centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, sob responsabilidade da Gerência de Risco de Mercado, Liquidez e Alocação de Capital, subordinada à Diretoria Executiva de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do risco liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi são centralizados no Banco, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam a entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competente de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

VI- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 23 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2016	2015
O capital qualificado de Nível I pode ser detalhado conforme segue:	67.282	55.157
Capital principal - CP	67.282	55.157
Reservas de capital, reavaliação e de lucros	22.671	18.457
Lucros acumulados	3.278	-
Ajuste prudencial II - ativos intangíveis a partir de outubro 2013	1.104	528
Total do capital qualificado	67.282	55.157
Ativos ponderados pelo risco + RBAN	27.268	18.498
Índice sobre o PR considerando a RBAN	25,91%	31,31%
Situação para o limite de imobilização	5.828	4.598
Índice de imobilização (limite 50%)	8,66%	8,34%

NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2016, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Fabio Jose Wolski de Almeida
Diretor Executivo
CPF: 518.996.630-53

Altair Gonçalves
Diretor de Operações
CPF: 614.356.511-20

Rodrigo Luis Mancuso da Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72